

Responsabilidade e Comando —

NO momento em que o País enfrenta a maior inflação de sua história, com descontrole generalizado de preços que aumentam dia a dia, delineando-se como investimento preferencial a aplicação no mercado paralelo de dólares e na compra de ouro, pondo em risco a estabilidade das atividades econômicas e a tranqüilidade social, líderes sindicais e empresariais decidiram-se a procurar os Poderes da República, nas pessoas do Presidente Sarney e do Deputado Ulysses Guimarães, para assumir uma parcela de responsabilidade nas tentativas de solução da crise.

NÃO caminharam para a agitação das greves, para a organização de marchas, nem foram procurar os portões de quartéis.

DERAM uma demonstração de confiança, acima de tudo, na nova Constituição, embora reconhecendo equívocos nela inseridos e que deverão ser resolvidos pelos próprios mecanismos estabelecidos em seus preceitos.

EM suma, não pretendem "virar a mesa", mas sentar-se em torno dela para ajustar uma forma adequada de distribuir sacrificios.

NAS primeiras reuniões, tomaram conhecimento pelos técnicos do Governo de que a inflação estimada e "já contratada" para o mês de novembro era da ordem de 32%.

EM face desse índice assustador e catastrófico, dispuseram-se a formular as condições mediante as quais poderiam concordar em reduzir os aumentos de preços e salários, a fim de se implementar, com a maior urgência, um freio no surto inflacionário.

COMO é óbvio, as autoridades econômicas teriam de suspender, durante uma semana, quaisquer aumentos imediatos ou a sinalização de aumentos a médio prazo.

ESTABELECIDOS esses princípios, os líderes

sindicais e empresariais iniciaram em conjunto, por suas comissões técnicas, os estudos para a formulação de uma proposta concreta de política de rendas.

CONFIARAM na palavra do Presidente Sarney que infelizmente foi traído por atos praticados no âmbito de alguns de seus auxiliares imediatos.

EFETIVAMENTE, de modo inopinado, o País foi surpreendido por um violento aumento de combustíveis não solicitado pelo Ministro das Minas e Energia e tampouco pela diretoria da Petrobrás. Logo em seguida, as autoridades econômicas anunciaram um "pacote fiscal" que "teria de anteceder ao pacto", antecipando assim um "choque" de aumento de impostos que só será encaminhado ao Congresso depois das eleições.

EM face dessa atitude, os líderes empresariais e sindicais suspenderam os seus entendimentos em conjunto, reunindo-se separadamente para novas consultas às suas bases.

WALTER Barelli, diretor do Dieese, Departamento Intersindical de Estatística, criticou asperamente a iniciativa governamental, no último dia 27, dizendo que tal medida não subsiste ao crivo do documento assinado pelos trabalhadores.

O Presidente da Confederação Nacional da Indústria, após a reunião do Comitê Empresarial, esclareceu à imprensa, no dia 28 passado, que o pacote fiscal inviabiliza todas as negociações feitas.

LUIZ Antônio Medeiros, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, no dia 30, foi enfático ressaltando que o Governo não pode, com uma das mãos, tentar costurar um pacto social e, com a outra, baixar um pacote à revelia dos negociadores. E acrescentou que o aumento no preço dos combustíveis fez com que, na sua condição de líder sindical, "se sentisse apunhalado pelas costas".

SIMULTANEAMENTE, trabalhadores e empresários, advertidos de que altos assessores ministeriais pretendiam desmoralizar a negociação, difundindo notas sobre a possibilidade de haver interesses ocultos relacionados com futuras operações de conversão da dívida externa, nas propostas em elaboração — que são, na verdade, de caráter estritamente técnico, relativas à adoção de uma política de preços e salários —, acham-se dispostos a trazer à opinião pública as operações concretas e ilícitas, não futuras mas em curso, que o Banco Central, em seus relatórios, considera "obscenas", baseadas no mercado paralelo de dólares, conforme denúncia do próprio "Wall Street Journal", algumas delas inseridas no acordo da dívida externa assinado com o Comitê de Banqueiros, as quais justificaram a efusiva expansão de alegria do Presidente do maior banco credor, em sua recente visita ao nosso País.

NESSAS condições, na próxima reunião dos negociadores, empresários e trabalhadores não vão mais apresentar propostas em conjunto, mas ouvir o que o Governo pretende encaminhar ao Congresso. Nada poderão decidir, sem voltar a consultar os diversos segmentos de suas respectivas corporações, após submeter as medidas aos comitês técnicos.

ISSO significa que o Governo assume a plena responsabilidade pela política antiinflacionária, a qual, de acordo com os preceitos constitucionais vigentes, terá de ser apreciada e homologada pelo Poder Legislativo, já que a "era dos pacotes" se encerrou inapelavelmente com a promulgação da nova Carta.

O PRESIDENTE da República, ao chamar a si, através da Casa Civil, o comando das negociações, tem meios para a retomada de um diálogo transparente e leal com a Nação, pois o imperativo de superação da crise transcende vaidades de qualquer natureza.